

ATA DA II REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO PLENO DO DIA 11 DE MARÇO DE 2025

Aos onze dias do mês de março do ano de dois e vinte e cinco, deu-se início, às 8h21, à II Reunião Ordinária do Conselho Pleno deste Colegiado na sede do Conselho Municipal de Educação, situada à Rua Quaresma Júnior, nº 111, Centro. Reuniram-se os Conselheiros Municipais de Educação, com a participação da presidente do Conselho, Silvia Lira, da vice-presidente, Mariana Máximo, e dos seguintes conselheiros de forma presencial: Marcos Paulo, Martin Sirolli, Sheila Motta Pereira, Alex de Almeida, Cristiane Inoue, Norielem de Jesus Martins, Camila de Oliveira, Maria Andréia Ribeiro, Nevaldo Leocádia, Patrícia Viríssimo, Angela Leone, Suellen Moura, Walquíria Pereira e Jorge Luiz da Silva Nunes, além da assessora técnica Cristiane Carneiro. A presidente iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e fez a apresentação da pauta do dia. Em seguida, Mariana fez a leitura da ata da reunião do pleno ocorrida em 17/12/2024 e o colegiado aprova a referida ata por unanimidade. O Sr. Martin comenta que precisaria ler as suas anotações para saber se suas colocações estão contempladas na ata. Silvia pergunta ao Sr. Martin se ele se sente contemplado com a ata que foi lida e o Sr. Martin diz que sim. Alex explica que os conselheiros podem sugerir alteração na redação ao longo da leitura da ata, pois facilita o entendimento e a deliberação do colegiado. Silvia pede então que os representantes da Secretaria de Educação, Juventude e Inovação (SEJIN) se apresentem e iniciem a explanação sobre a climatização das escolas municipais. Camila e Matheus fazem sua auto descrição e Camila inicia apresentando o planejamento estratégico - gestão 2021/2024 e Matheus fala a respeito das ações realizadas, destacando: contratação de projetos executivos para climatização de toda a rede, obras já realizadas, 775 ventiladores e 98 bebedouros instalados e manutenção em 147 aparelhos de climatização. Matheus evidencia que de 2021 até 2024 é evidente o aumento do investimento, pois o valor liquidado em 2021 foi de R\$ 113.868,13 e em 2024 foi de R\$ 8.566.020,07 e destaca as obras feitas, número de processo, número de contrato, valor atual e execução e diz que 95% da rede física da educação infantil está climatizada (21 de 22 unidades). Apresentou-se um vídeo ilustrativo acerca da climatização das escolas, destacando a E. M. Frei Fernando Geurtse e a creche Deise Maria da Silva Vieira. Camila comenta que os problemas encontrados na execução da obra pela empresa, são resolvidos em parceria com a secretaria de obras. O Sr. Martin pontua que a escola da Gipóia ainda não está climatizada e Matheus diz que essa escola já tem projeto aprovado, aguardando a obra ser realizada. Sheila pergunta como são selecionadas as escolas que receberão a climatização, pois a impressão é que as escolas de grande porte são prioritárias e as de menor porte são secundárias, pois trabalha em escola de tempo integral que ainda não é climatizada. Matheus diz que não tem um padrão para escolha das escolas e que a primeira etapa da climatização iniciou em 2023, onde a escola Ayrton Sena da Ilha Grande, já está climatizada. Salientou que existe um trabalho integrado da secretaria de obras e educação e que está sendo levado em consideração a parte técnica das escolas e a real necessidade de cada unidade de ensino. Alex de Almeida diz que os contratos iniciaram em 2023, com prazo de execução de 8 meses e até hoje as obras não foram finalizadas. Quem é o responsável pela obra não estar finalizada dentro do prazo previsto? É de quem a responsabilidade? Camila diz que o contrato não é gerido pela SEJIN e com a nova adesão ao Fundo Municipal de Educação, o processo ficou um pouco complicado, mas agora já está caminhando. A empresa Araucária já foi acionada para uma reunião. Matheus reforça dizendo que a ampliação do prazo para execução se deu também porque a obra está sendo executada com a escola em funcionamento. Alex de Almeida diz que o prazo foi ampliado por 3 meses e isso englobou o período de férias escolares. Camila reafirma que nada foi pago além do que foi executado. Patrícia diz que estamos falando em valores

altos de investimentos e que precisamos penalizar a empresa que não deu conta, pois estamos lidando com dinheiro público. Patrícia diz que precisamos melhorar a parceria com a saúde, principalmente com o apoio ao aluno especial. Mariana sugere trazer uma pessoa da saúde para uma reunião do pleno para tratar especificamente dessa questão. Patrícia concorda. Marcos Paulo comenta que a escola do Morro do Abel está enfrentando problemas elétricos e questiona o trabalho que vem sendo feito na Unidade Escolar. Matheus diz que manter a rede elétrica antiga foi uma decisão da secretaria de obras junto com a Enel. Marcos Paulo relata que está tendo curtos elétricos na escola e que a braçadeira que prende os dutos já causou acidentes nos alunos. Matheus afirma que já foi solicitado a troca das braçadeiras. Camila Maia diz que para as creches é oferecido o ar condicionado convencional, que a SEJIN fez contrato para instalação de geradores de energia elétrica para suprir a necessidade e que o acompanhamento a essas execuções tem sido feito de forma mais direta para evitar problemas. Marcos Paulo pergunta se haverá uma proteção às caixas elétricas, para evitar transtornos, pois os alunos acabam tendo acesso. Matheus diz que vai abordar essa questão com a empresa. Sílvia diz que os conselheiros ao visitarem as escolas, fiscalizem também essas questões, pois somos um órgão fiscalizador. Camila Maia informa que ainda temos 37 unidades escolares para serem climatizadas. Alex de Almeida faz uma proposição ao conselho pleno, sugerindo que o CME faça um ofício solicitando explicações à secretaria de obras acerca da morosidade na execução das obras de climatização. Passamos para o próximo item da pauta: Programa Angrense de Alfabetização na Idade Certa (PAAIC e PAAIC+), com apresentação das coordenadoras Juliana, Simone e Melina. As coordenadoras fazem sua auto descrição e em seguida falam um pouco de como a SEJIN está estruturada, onde a educação infantil deixa de ser assistência e hoje é uma coordenação. Melina diz que esse programa tem como foco principal a aprendizagem, visando a proficiência e o desenvolvimento de competências e habilidades da educação infantil ao 5º ano de escolaridade. Aborda os eixos estruturantes dos programas, que são: gestão escolar, infraestrutura e suporte pedagógico, avaliação, acompanhamento e monitoramento. Melina fala que os programas são específicos da rede pública municipal e conta com material estruturado com apostilas para cada ano de escolaridade e para turmas multi. É apresentado o gráfico de 2024, a partir das avaliações diagnósticas aplicadas, destacando os níveis de escrita, onde Melina explica para as conselheiros o que significa cada nível de escrita e comenta que esse ano temos a avaliação diagnóstica para a educação infantil e apresenta a forma como a primeira avaliação diagnóstica está estruturada, a partir de brincadeiras cantadas. Juliana fala a respeito do PAAIC+ e destaca a equidade como direito fundamental de todos os estudantes, afirmando que estes têm o direito de aprender na idade certa. O objetivo geral do PAAIC+ é o de promover o desenvolvimento integral dos estudantes do ensino fundamental, até o 5º ano de escolaridade, na idade certa, por meio de políticas públicas eficazes que consolidem aprendizagens fundamentais. Juliana abordou também sobre o PAAIC+: aplicabilidade, operacionalidade, avaliações diagnósticas contínuas, monitoramento para análise e adaptações necessárias a sua efetivação, material utilizado, material estruturado, que foi organizado a partir de sugestões e experiências dos docentes da rede municipal. Suellen comenta que fica feliz em ver a primeira infância em destaque e que sentiu falta de ver material para os alunos especiais. Juliana diz que o Plano de Ensino Individualizado (PEI) é elaborado para cada aluno em específico e que o professor faz as adaptações necessárias. Para o estudante cego e com baixa visão, a apostila já está no Centro de Apoio Pedagógico (CAP) para adaptações. Nevaldo comenta que o programa é sensacional e muito bem estruturado. Jorge fala acerca da importância da equidade e autonomia para o público especial e afirma que os estudantes, público alvo da educação inclusiva, sejam contemplados no programa e pergunta se os profissionais das escolas especiais e os monitores são incluídos nas formações. Juliana diz que a diversidade de estratégias presente nas apostilas favorece aos diferentes alunos e que é um movimento de mãos

dadas, onde todos são importantes nesse processo. Barreto comenta da necessidade de pensar esse programa para a Escola Municipal Bilíngue de Educação de Surdos (EMBES). Patrícia pergunta se as coordenadoras sabem os motivos pelos quais os alunos ainda não atingiram as metas propostas, ou seja, não estão no nível de escrita esperado. Melina comenta que nesse quantitativo de alunos que ainda está no início do processo de aquisição da escrita (fase pré-silábica, silábica) não estão inseridos os alunos laudados; são alunos que apresentam lacunas em seu processo de aprendizagem e algumas habilidades ainda não foram consolidadas. Melina destaca a importância de sabermos o perfil de saída de cada etapa. Nevaldo salienta que tem material estruturado para o público da correção de fluxo. Maria Andreia comenta que hoje faz 5 anos que passamos pela COVID e que a rede acentuou as ações para minimizar o impacto da pandemia. Melina diz que tudo que é trabalhado na educação infantil tem que ter uma intencionalidade. Silvia agradece a equipe da SEJIN e em seguida passamos para o item da pauta que trata sobre as resoluções 29/2025 e 30/2025. Alex de Almeida diz que com relação a resolução 30/2025 - da climatização, já foi abordada aqui hoje. Com relação a resolução 29/2025 que estabelece as diretrizes para a avaliação do processo de ensino e aprendizagem nas unidades de ensino da rede pública municipal, em seu artigo 36, do conselho de classe final, o caráter deliberativo é atribuído aos seguintes membros: equipe gestora - 1 parecer; pedagogos - 1 parecer; docente(s) do(s) componente(s) curricular(es) em que o estudante não alcançou o somatório de nota previsto para aprovação - 1 parecer; conselho de Escola - 1 parecer; estudante representante da turma - 1 parecer. A mudança se refere à categoria de docente, que agora passa a ter apenas 1 voto / 1 parecer. Isso tem gerado polêmicas nos grupos de professores. Patrícia diz que deveria ter peso duplo para a categoria de professor. Mariana diz que essa questão é relacionada aos anos finais. Mariana sugere na próxima reunião do pleno termos uma representação da SEJIN para abordar essa resolução e em específico, este artigo 36. Alex de Almeida comenta que os professores desejam participar desse processo com voto individual e não ter parecer da categoria, pois isso não foi discutido com os docentes. Mariana reforça a sua sugestão de ter um representante da SEJIN, da superintendência de educação, para falar sobre a questão na próxima reunião do pleno. Nevaldo comenta que isso pode ser discutido na câmara e que esse artigo se refere ao conselho de promoção e que temos 3 conselhos de classe ao longo do ano, para discussão dos casos e destaca a importância da participação da Luana e da Sheila nessa discussão, pois elas representam os professores da rede. Ficou acordado que essa questão será discutida na reunião da câmara de educação básica. A conselheira Cristiane Inoue traz uma questão de uma professora que argumenta que nos sábados letivos o professor não ganha hora extra e outros profissionais ganham. Mariana diz que as horas extras trabalhadas pelo docente no sábado letivo, são descontadas de sua coordenação. Silvia diz que essa questão é um item novo na pauta e que podemos discutir em outro momento. Mariana diz que em 2023 era assim que funcionava, mas que precisamos atualizar essa informação. Passou-se para o outro ponto da pauta: solicitação de inclusão de registros na revista do CME, primeiro e segundo semestres de 2024, feita pela conselheira Cristiane Inoue. Mariana diz que a revista do CME é meramente ilustrativa e que ela reflete o que está no relatório semestral desse colegiado. A revista não é uma obrigação e sim uma complementação e que neste momento, não há viabilidade de inserir fotos, porque a revista já foi publicada no portal da pmar. Cristiane Inoue diz que pode ser feito um anexo da revista. Mariana relata que hoje não temos funcionário no CME que faça esse serviço, pois estamos sem secretária executiva. Cristiane Inoue argumenta que o CME pode ver parcerias para resolver isso e que ela foi aos eventos em 2024 por conta própria, pois foi negado institucionalmente e sugere então que se não for possível ser publicada na revista, que seja nas redes sociais do CME. Cristiane Inoue comenta que suas pautas sempre ficam para o final e que tem que fazer milagre para dar conta de suas colocações. Norielem nesse momento pede questão de ordem e Patrícia sugere que daqui para

frente, as solicitações de inserção na revista, se forem feitas dentro dos prazos, sejam atendidas. Silvia então encaminha a votação para o conselho pleno decidir e com 16 votos decidiu-se que a revista de 2024 já foi encerrada e que não serão adicionadas novas fotos. Mariana fala sobre os ofícios enviados e informa que hoje a tarde haverá reunião do fórum municipal de educação em conjunto com a câmara de legislação e normas para reescrita do regimento interno do fórum. Mariana pede sugestão ao pleno de data para reunião da câmara de legislação e normas, para tratar acerca da deliberação de autorização de funcionamento de instituições privadas de educação infantil. Fica acordado que essa reunião será dia 17/03/25, às 8h, na sede do CME. Maria Andréia diz que nem sempre é possível participar de todas as reuniões, pois a escola exige muito. Alex de Almeida diz que a reunião da comissão de gestão democrática juntamente com a comissão de educação da câmara legislativa, foi bem produtiva. Discutiu-se em específico, a lei de gestão democrática, artigos 10A e 10B. Durante a discussão, pensou-se na possibilidade de consulta pública parcial, em caso de afastamento do diretor eleito. Alex de Almeida relata que nesse encontro, falou-se também em discutir o estatuto dos profissionais da educação e manter a interlocução com o CME. Alex de Almeida diz que o fruto das discussões e deliberações serão encaminhadas à SEJIN, através da comissão de gestão democrática, e fala ainda sobre o sábado letivo, que se configura ampliação da carga horária e que mesmo que haja compensação, é abusivo. Mariana nesse momento retira então sua colocação sobre o sábado letivo feita anteriormente. Após as considerações finais, a presidente do CME, Silvia Almeida Lira, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião. E eu, Cristiane Carneiro, li e encerro esta ata. Ata lida e aprovada na III Reunião Ordinária do Conselho Pleno de oito de abril de dois mil e vinte e cinco.